



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ATA n.º 17

QUADRIÉNIO DE 2021 - 2025

(Artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 06 DE DEZEMBRO DE 2024**

--- Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **Período de antes da ordem do dia.** -----

--- **Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** - Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** - Apreciação da informação do ROC sobre a situação económica financeira do Município, respeitante ao 1º semestre de 2024; -----

--- **Ponto número três** - Análise, discussão e votação de proposta do Mapa de Pessoal do Município para 2025; -----

--- **Ponto número quatro** - Análise, discussão e votação de proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2025; -----

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação da proposta relativa à fixação de novos prazos, no âmbito da assunção de compromissos plurianuais, decorrentes da contratação do fornecimento de energia elétrica ao Município de Trancoso; -----

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação de propostas relativas à atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades: Junta de Freguesia de Aldeia Nova; Junta de Freguesia de Reboleiro; Junta de Freguesia de Valdujo e Associação de Desenvolvimento das Freguesias da Zona Centro do Concelho de Trancoso; -----

--- **Período de intervenção do público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, João Paulo Rodrigues Matias, substituído por José Jorge dos Santos Carvalho, Daniel dos Santos Almeida, substituído por Joaquim Jerónimo do Nascimento, Patrícia Raquel Bernardo Ribeiro Lavoura, substituída por Cristina Maria Alexandre Leitão Cruz, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, substituída por Hugo David da Silva Neves, João José Baptista de Sousa, substituído por Manuel José dos Santos Costa e Ana Francisca Torres Sarmento, substituída por Artur César Ferreira Bezelga Lobão, membros da Coligação, Sim é Possível. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como a registada ao Senhor Presidente da Freguesia da Castanheira, Vítor José Anacleto dos Santos. -----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Amílcar José Nunes Salvador e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto, João José Martins Campos de Carvalho e António Cristóvão Ribeiro dos Santos. -----

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, mencionando que se encontrava ausente a Senhora secretária, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, convidando para a substituir a Senhora a deputada, Sílvia Andreia Esteves do Nascimento Santos. De seguida fez referência à ata da última Assembleia Municipal, colocando-a à discussão. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando ter verificado um lapso na folha n.º 4, linha 6, onde se lê “Rua Fonte Santa” deveria ler-se “Rua Fonte do Salgueiro”. Na folha 10, linha 4, no final da página, onde se lê “estruturas horizontais”, deveria ler-se “forças horizontais”. -----

--- O Presidente da Mesa informou que não havendo mais contributos iria ser colocada a ata a votação, com as seguintes correções, em vez de “Rua Fonte Santa” passaria a “Rua Fonte do Salgueiro” e na página 10 ao fundo onde se refere “estruturas horizontais” passaria a designar-se de “forças horizontais”. Posta a ata a votação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Assembleia informou que se iria entrar no **Período de antes da ordem do dia**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, felicitando a recente eleição do Dr. Cristóvão Santos para Presidente da Associação Empresarial do Nordeste da Beira (AENEBEIRA), pondo, assim, cobro a uma situação de instabilidade que se verificava nessa entidade, desejando as maiores felicidades e facilidades no exercício das novas funções. De certo irá contar com a colaboração do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Trancoso na interação com essa associação, incluindo o seu apoio financeiro indispensável. Esta relação positiva irá engrandecer os territórios abrangidos, 10 concelhos na área da abrangência, quer a nível empresarial, quer a nível dos seus cidadãos. Questionou o Senhor Presidente, sobre o ponto de situação referente aos projetos e às candidaturas, se estão aprovadas ou não, e qual o programa de financiamento, se ainda conseguiu os fundos residuais do PRR, se a candidatura está aprovada ou não, ou se será necessário recorrer ao Banco Europeu de Investimentos, das três escolas, a Básica 2-3 de Trancoso, a básica integrada de Vila Franca das Navas e a Secundária com terceiro ciclo de Trancoso. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, José Nascimento, mencionando que existia um problema na Estrada Municipal entre o Reboleiro e Corças, informando que já se encontrava corrigido. Agradeceu à Câmara Municipal, nas pessoas do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente, bem como à Junta de Freguesia de Rio de Mel, a abertura do caminho entre Rio de Mel e Reboleiro, pelos Montes. Referiu ainda os bons serviços prestados na abertura desse caminho rural, pelo funcionário José Manuel Amoedo que, em pouco tempo, efetuou um trabalho de qualidade. Aproveitou para mencionar o excelente trabalho prestado pela Piscotávora, na limpeza da zona florestal de Reboleiro, Palhais e Sebadelhe, tendo, a maioria dos proprietários de terrenos, feito referências positivas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, mencionando que na última Assembleia Municipal, constando da ata que acabava de ser aprovada, o Senhor Presidente da Câmara informara a Assembleia que, desde 2024, a Comunidade das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), estava a contratar os serviços, nomeadamente de transportes escolares e transportes urbanos das populações. E que essa era uma matéria que o Município de Trancoso, de alguma forma, estava a divulgar e ia, ou já tinha assinado um contrato, nos termos do qual seria a CIMBSE a contratar tais serviços. Entretanto, desde a última Assembleia até agora,

disse ter ganhado fóruns de polémica, ou pelo menos de alguma vibração no âmbito da comunicação social e dos cidadãos mais atentos, a circunstância de resultar do portal BASE, que a CIMBSE tinha contratado por ajuste direto, 17 serviços, adjudicados a 7 empresas, no valor global de 8.956.950,75€ (oito milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e cinquenta euros e setenta e cinco cêntimos). Perante a situação, disse terem de se colocar algumas perguntas. Dada a circunstância de ter havido contratação por ajuste direto e não por concurso público, questionou o Presidente, como representante do Município de Trancoso, se tinha deliberado no que diz respeito a esses ajustes diretos. Se tendo deliberado, qual tinha sido o sentido de voto. Aprovação, de não aprovação ou abstenção. E se, depois de tudo e dos diversos alertas, independentemente daquilo que tinha sido veiculado pela comunicação social, e partindo do pressuposto, ser verdade, até por resultar da consulta a um portal que é isento, se o Município de Trancoso pretendia fazer alguma coisa, designadamente pedir explicações e em que termos é que o pretendia fazer? Questionou sobre a abertura de concursos para a prospeção do lítio, perguntando qual era a posição do Município de Trancoso relativamente a essa matéria. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando uma conferência sobre a temática da violência doméstica. Neste âmbito, disse haver um decreto que regulamentou as casas de abrigo, salientando não bastar o Executivo e a sociedade realizarem palestras, formações, caminhadas e manifestações, sem depois concretizarem nenhuma das intenções. Continuou referindo ser a violência doméstica uma problemática transversal a todos nós, à sociedade e à geografia, cabendo-nos a todos olhar para esse flagelo, sendo urgente colmatar as falhas que existem tanto a nível nacional, como local. Salientou que o Município de Trancoso tem inúmeros imóveis devolutos, não utilizados, mal utilizados, mal aproveitados e que iria ser aprovado o Orçamento nesta Assembleia. Tal Orçamento, disse contemplar a recuperação de inúmeros imóveis desconhecendo esta Assembleia qual o seu fim, propósito ou o objetivo. Referiu ainda que o mesmo o Orçamento contempla, uma verba aproximada de 1,4 milhões de euros, para festas, festinhas ou eventos. Nessa sequência, questionou o Executivo se não dispunha de alguns milhares em prol do propósito que é a violência doméstica, quer seja masculina, quer feminina, realçando não existir em Trancoso nenhum imóvel disponível para o efeito, propondo e sugerindo que o Executivo olhasse para esta causa e tivesse como opção, daqui em diante, construir uma casa-abrigo para resolver aquele problema.

--- Interveio o membro da assembleia, José Clemente, recordando que o Centro de Desenvolvimento e Inovação Social, tinha celebrado, há poucos dias o seu primeiro aniversário, informando que foi um espaço bastante falado antes da sua abertura, parabenizando a Câmara pelo excelente trabalho que tem sido desenvolvido com o público sénior naquele espaço. Parabenizou a Escola Profissional de Trancoso pela realização da semana paralímpica, semana que tinha servido para a inclusão e para sensibilizar os alunos e comunidade em geral para a importância do desporto adaptado. -----

--- No uso da palavra o Senhor Presidente do Município lembrou a comemoração da elevação dos 20 anos de Trancoso a cidade e de Vila Franca das Naves a vila, que se iria realizar na segunda-feira seguinte, dia 09 de dezembro. Renovou o convite feito, sendo desejável a presença de todos. Salientou que iriam ser disponibilizados autocarros para o transporte para Vila Franca das Naves e vice-versa, e haver um vasto

programa, destacando a homenagem a algumas personalidades locais, o então Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca das Naves, Miguel Madeira, o Engenheiro Pedro Viterbo, o Doutor António Oliveira e o Senhor Padre José Cabral. Recordando as palavras de felicitações transmitidas pelo deputado Mário Gonçalves ao Senhor Presidente da AENEBEIRA, Doutor Cristóvão Santos, transmitiu que poderia contar, sempre, com a Câmara Municipal de uma forma clara, isenta e transparente, aproveitando para desejar as maiores felicidades. Em relação aos projetos do parque escolar das três escolas, referiu uma reunião com a Senhora Presidente da CCDR Centro, mencionando que o Aviso iria abrir e que não dispunha de mais informações. Agradeceu os elogios do Senhor Presidente da Junta do Reboleiro sobre as obras realizadas nessa freguesia, bem como o trabalho realizado pelos funcionários. Relativamente à limpeza de floresta, enalteceu o trabalho realizado. Respondeu ao deputado João Caramelo, informando ter tido conhecimento do assunto por ele trazido, esclarecendo que o assunto dos transportes tem sido tratado na CIMBSE, e que, até 31/12/2024, a Câmara Municipal de Trancoso era das poucas que não se incluía nesse processo, tendo sempre feito uma contratação independente e que só a partir do dia 01/01/2025 entraria nesse procedimento. Quanto à questão da exploração do lítio não dispõe de mais informações para prestar, aguardando alguma notícia. Respondeu ao deputado João Rafael Figueiredo, elogiando o trabalho realizado pela CPCJ, com um trabalho ativo, dinâmico e interventivo, sendo a questão da violência doméstica um problema transversal a todos, considerando não ser com casas de abrigo, que se resolve a situação, sendo o mais importante a aposta na formação, na família, na educação e nas escolas, realçando que as iniciativas referidas pelo deputado José Clemente, são extramente importantes para combater a violência doméstica. Colocou o enfoque no funcionamento do Centro de Desenvolvimento e Inovação Social de Trancoso, referindo um grupo significativo de pessoas que frequentam esse espaço e que, no momento, se encontrava a colaborar com a Escola Profissional, na semana paralímpica, aproveitando para parabenizar o referido estabelecimento de ensino. Disse desconhecer a existência de imóveis devolutos e mal aproveitados, sabendo existirem imóveis para requalificar e recuperar, ficando o compromisso de serem requalificados e recuperados assim que existam verbas disponíveis para o efeito. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, mencionando que, como membro do Grupo Municipal do Partido Socialista, não poderia deixar de assinalar o centenário do nascimento de Mário Soares, por ter sido uma figura de referência do Séc. XX e por ter estado em vários momentos importante no nosso país, nomeadamente a resistência e a luta antifascista, na consolidação do Portugal livre e democrático e por fim na transição para o Portugal Europeu da União Europeia que, no seu entender, ainda hoje é o grande destino e projeto internacional do nosso país. -----

--- Dada a palavra ao membro da assembleia, João Caramelo, agradecendo ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, por ter tido a preocupação de disponibilizar online, o n.º 5 da revista “Ideias e Territórios” e os votos de Boas Festas, que retribui, desejando um Santo Natal e Boas Saídas e Melhores Entradas. Alertou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que existem questões que devem ser respondidas, nomeadamente a questão do lítio que foi clara, querendo saber se existem ideias definidas e que ideias são, porque o esperar, aguardar e ver, não é nada. Ou existem ideias definidas que deve ser implementada e

colocada em ação, ou simplesmente não existe nada. Reforça a questão: “O Senhor Presidente e o Executivo a que preside é a favor da exploração da prospeção do lítio, sim ou não?” -----

--- Interveio o membro da assembleia, Hugo Neves, mencionando que numa breve análise às obras e projetos executados ou em exercício apresentados no âmbito da atividade do Senhor Presidente da Câmara, no ponto 2.28, verifica-se a instalação de equipamentos para recreio na Escola da Ribeirinha. Refere ter estado na Escola da Ribeirinha e não ter verificado que estivesse em execução, ou executado, qualquer equipamento de recreio. Saliu ter chegado ao seu conhecimento que os encarregados de educação tinham submetido uma candidatura a um programa, que existiu através do Pingo Doce, e que tinham sido contemplados com um valor de 1.000,00€ (mil euros). Que haveria um pequeno equipamento para ser lá instalado, considerando que tal execução não deveria constar da atividade municipal. Concluiu referindo que, encontrando-se a escola em funcionamento há mais de 6 anos, as crianças ainda não dispunham, até à data, de qualquer equipamento de diversão, jogar à bola ou um baloiço, pelo que, apelava ao Senhor Presidente no sentido de, no ano de 2025, ser criado um parque infantil ou uns pequenos equipamentos, já que as crianças merecem e ao Executivo também lhes fica bem. -----

--- No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara, respondeu novamente à interpelação do Senhor deputado João Caramelo, informando que vai continuar a fugir à questão, devolvendo ao Senhor deputado a pergunta se ele é a favor ou se é contra a exploração do lítio. Referiu que todos sabemos da importância da exploração do lítio, sendo necessário saber-se se a mesma coloca em causa o ambiente, a qualidade ou a paisagem. Exemplificando referiu que se for para ser explorado dentro do castelo, ou junto de uma povoação, ou junto de uma casa, a resposta era, obviamente, não, prometendo que o Executivo iria estar atento ao problema. Quanto à questão colocada pelo deputado Hugo Neves, informou, corrigindo a intervenção daquele Senhor deputado, que tinha sido lançado um procedimento para a aquisição e requalificação daquele espaço, tendo já sido assinado um contrato para aquele fim com a empresa “Brincantel”, no montante superior a 20.000,00€ (vinte mil euros). Saliu que o pequenino apoio vindo do Pingo Doce, também era bem-vindo, e em colaboração com os funcionários e professoras, irá ver visto o melhor lugar para ser instalado. Admitiu ser um assunto, para si muito penalizador, assumindo algumas falhas pelas quais apresentava um pedido de desculpas aos pais e encarregados de educação. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, agradecendo ao Senhor Presidente da Assembleia os votos de Boas Festas, retribuindo-os para Si e toda a família. Mencionou a questão do lítio colocada pelo deputado João Caramelo, considerando a mesma capciosa, argumentando que se a exploração desse metal trouxer benefícios para o concelho é algo a ser equacionável. Em sua opinião, tudo dependerá do local, fazendo depender uma decisão dessa natureza de um estudo de impacto ambiental e da situação geográfica. Mencionou o problema da falta de terrenos para construir em Portugal, nomeadamente na nossa zona, tendo sido aprovada legislação nesse sentido em Conselho de Ministros, que poderá não ter sido, ainda, publicada. Contestou o PDM, que considera não ter sido favorável à vila de Vila Franca das Naves, nomeadamente à Avenida Joaquim Caetano, ao pé dos bombeiros, uma zona privilegiada para construção, bem como a continuação da Rua das Navas, chamou a atenção do Senhor Presidente da Câmara para esse problema. -

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa desejou as maiores felicidades ao Vereador Cristóvão Santos, no desempenho do cargo para o qual foi eleito, esperando que com o seu engenho e o empenho da restante equipa, possa renovar o prestígio dessa Associação para continuar a desempenhar as respetivas funções. Agradeceu ao deputado Daniel Joana, por trazer a memória de um Socialista, um grande democrata e que contribuiu largamente e decisivamente para a instauração da democracia em Portugal. Esgotado o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto um** da ordem de trabalhos. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município prestou informações sobre os processos de fiscalização prévia que tinham sido submetidos ao Tribunal de Contas a propósito da reestruturação da dívida da Parceria Público Privada, (PPP), no valor de 6.700.000,00€ (seis milhões e setecentos mil euros). Acrescentou que tinha sido obtido visto no dia 25 de outubro de 2024, motivo para grande satisfação, realçando que também tinham recebido duas decisões judiciais, sendo uma delas a homologar a desistência da acção que Caixa Geral de Depósitos (CGD) tinha contra a Câmara Municipal e a Manuel Rodrigues Gouveia (MRG), com valores muito significativos. Deste modo, os equipamentos são já propriedade da Paceteg, E.M., detida a 100% pelo Município, tendo a MRG pagado os 300.000,00€ (trezentos mil euros), que se havia comprometido para começar a resolver o problema das dívidas fiscais. Realçou ser importante transmitir à Assembleia Municipal que a Câmara Municipal acabara por desistir do empréstimo de 800.000,00€ (oitocentos mil euros), para pagamento de dívidas fiscais. Tal se devia ao facto de o Tribunal de Contas entender que os empréstimos não deveriam servir para pagar dívidas fiscais, mas sim para reestruturar dívida ou para realizar investimentos. O processo de fiscalização prévia com o n.º 1825, já tinha sido comunicado ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, que também já respondera a 26/11/2024 com o seguinte teor: “... Face à desistência manifestada do pedido de fiscalização prévia anteriormente formulado, determina-se o respetivo cancelamento, declarando-se extinta a instância...”. Apesar da Câmara ter desistido deste processo, pretende encontrar soluções, indicando que pretende resolver a situação da PPP, com montantes inferiores. Informou que nos meses de outubro e de novembro, realizaram-se muitas obras, tendo sido dois dos melhores meses de sempre e, até, deste mandato. Os trabalhos dos serviços externos decorreram de forma empenhada e dedicada, com resultado muito positivo. Manifestou o seu apreço pelo trabalho dos dois encarregados operacionais que têm sabido criar ali um bom ambiente estendendo esse apreço a todos os outros funcionários da Câmara Municipal. Referiu a iluminação de Natal levada a cabo pelos serviços externos, motivo de orgulho para todos. Realçou o trabalho exemplar na Feira da Castanha, evento que disse ter corrido muito bem. Lembrou o trabalho prestado em muitos eventos de associações desportivas, culturais, recreativas e das Juntas de Freguesia, realçando o apoio da Câmara Municipal a esses eventos. Quanto às obras em curso, referiu algumas, nomeadamente a dos Paços do Concelho, onde decorrem as obras em bom ritmo, sendo expectável que nos primeiros três meses do próximo ano se possa regressar a esse edifício. O Centro de Convívio das Carigas, que se encontra concluído, sendo possivelmente inaugurado, ainda, este ano. O Albergue de Vale do Seixo que se encontra praticamente concluído e que em breve será inaugurado. A Rua das Navas, em Vila Franca está repavimentada. O Centro

BTT de Serra do Pisco decorre a bom ritmo assim como as obras nas várias escolas primárias que estão a ser requalificadas e outras que já foram. O abastecimento de água a Freches e a Frechão encontra-se concluído. Mencionou alguns arruamentos a decorrerem, nomeadamente em À-do-Cavalo, Fiães e Freches. Referiu a participação em muitas reuniões de Associações, Juntas de Freguesia, Proteção Civil e com o novo veterinário. Mencionou uma reunião em Lisboa, com a CGD e com a MRG, para resolver os problemas da PPP. Referiu as atividades realizadas no Centro de Inovação e Desenvolvimento Social, já com um ano de atividades, e a participação numa homenagem ao Exército Português na cidade Guarda, estando previsto que no próximo 29 de maio, a Câmara Municipal de Trancoso, homenageie, em Trancoso, também o Exército Português, algo que se encontra assumido desde o último 29 de maio. Quanto à situação financeira, encontra-se em linha com aquilo que era normal, realçando que as taxas de execução não são as desejadas, nem em termos de receita e despesa paga, reforçando a ideia que se encontram no início do mês de dezembro e que até ao final do mês ainda irão ser pagas muitas despesas.-----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, mencionando que Trancoso nunca teve, nem nunca terá um Presidente com esta capacidade de trabalho. Questionou se está previsto ou articulado com o Senhor Presidente de União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, algum arranjo para a Escola de Vila Franca das Naves. Referiu também, a informação do Senhor Presidente quanto à remodelação da ETAR de Vila Franca das Naves, questionando o que falta para as obras ficarem concluídas. Referiu a requalificação do mercado de Vila Franca das Naves, esperando que seja para breve a resolução da situação. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando que as contas finais carecem de correção nos quadros finais de execução da receita e da despesa. Nos quadros de correção, disponibilizados, as taxas, os números, quer parciais, quer finais, não se encontram corretos, "...na folha número 11 da situação financeira do Município, na primeira parte da execução da receita, à data de referência de 29 do mês vindo, é de 67,30, na execução das despesas, em vez de 50,44, é 51,77". Apresentou a Sua análise, mencionando que as taxas de execução são demasiado baixas, realçando que os empreendimentos, que estão inscritos em orçamento para 2025, têm sido sucessivamente inscritos em vários anos, não têm tido qualquer execução, muitos deles levando a parecer que esta estratégia prejudica o desenvolvimento harmonioso do concelho e é efetivamente uma estratégia que não parece ser a melhor e a mais adequada no interesse da sustentabilidade do concelho. Mencionou a Participação do Senhor Presidente, numa reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS), sendo um órgão local que merece todo o apoio de concertação e congregação de esforços e que a análise dos problemas visa a erradicação e a atenuação da pobreza e a exclusão social pela promoção do desenvolvimento social. Disse que participou como representante do Centro Social e Paroquial de Vila Franca das Naves, num encontro promovido pela Unidade Distrital das IPSS, que contou com a presença da Senhora Ministra do Trabalho e Solidariedade Social, Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho, na Guarda. Durante a reunião, sentiu-se frustrado e desrespeitado, pois foi impedido de falar e sem oportunidade de dialogar. Compara a situação a tempos antidemocráticos, sentindo-se diminuído, especialmente ao perceber distorções da realidade e a falta de

direito ao contraditório. Além disso, não concordou com a afirmação de um autarca sobre a disponibilidade de fundos para requalificação das IPSS, pois acredita que essa informação estava errada. Também mencionou as dificuldades das instituições de beneficência em territórios de baixa densidade populacional, como o nosso, que teriam dificuldade em aprovar projetos de eficiência energética devido à falta de condições. Terminou elogiando o trabalho das IPSS's, reconhecendo a importância dessas instituições na ajuda a pessoas carenciadas, realçando que merecem melhores condições e mais reconhecimento. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, José Nascimento, felicitando o Doutor Cristóvão Santos pela recente eleição para Presidente da AENEBEIRA, considerando que irá ter muito trabalho, mas “não é dos fracos que reza a história”, mas sim, daqueles que têm força e coragem para resistir, desejando que tudo corra bem e que haja colaboração das empresas, da Câmara Municipal e de quem tiver a possibilidade de colaborar. Entre o dia 29 de setembro e o dia 2 de dezembro, o Sr. Presidente participou de 55 reuniões de atividades, incluindo uma no Reboleiro, no dia 2 de outubro. Expressou o seu reconhecimento pela receção e comprometeu-se a realizar os trabalhos. Além disso, a adaptação necessária para a continuidade dos trabalhos no Jardim ao pé da ponte, foi viabilizada graças à boa vontade do Senhor Arquiteto Tiago, que agilizou a presença do Senhor Topógrafo, garantindo que os trabalhos não sofressem atrasos. Destacou a importância da Semana Paralímpica, demonstrando-se sensibilizado pela forma como pessoas com dificuldades físicas elevadas conseguem ser úteis, promovendo a igualdade e a aproximação entre todos. Considerando que foi a primeira vez que este evento aconteceu, acredita que deixará marcas positivas e poderá alterar para melhorar a mentalidade das pessoas. Deseja poder ver incluída na próxima atividade um tópico sobre a Zona Industrial da Ribeirinha com a indicação de que o projeto do plano de pormenor se torne uma realidade. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, mencionando a atividade do Senhor Presidente, expressando frustração ao ver referenciada a continuidade de obras não concluídas, como a construção do albergue de Vale do Seixo, a ETAR de Vila Franca das Naves, a recuperação das escolas, a envolvente das obras na Igreja de Santa Marinha e a necrópole de Moreira de Rei. Reparou que nos pontos 2.5 e 2.6 se encontra referida a empreitada de musealização e valorização turística do Castelo de Trancoso, mencionando que na ata de reunião de Câmara nº 20, de 9 de outubro de 2024, foi apresentada uma proposta, pelo Sr. Presidente, ao Executivo Municipal para perdoar a multa aplicada ao empreiteiro, pelo atraso no cumprimento do contrato. Embora a Lei da Contratação Pública permita tal decisão, solicita-se informação sobre a incoerência de aplicar a multa e depois retirá-la, sugerindo que isso reflete uma dependência do empreiteiro e sucessivas prorrogações sem fundamento. Mencionou que as taxas de execução se encontram em linha com o mandato da Câmara, mas apontou que a taxa de execução da receita, num global é de 67,22%. A taxa de execução da receita em 2021 foi de 67,61%, ano de COVID, tendo sido justificada a baixa taxa da receita devido a essa doença, em 2022 foi 68,76% e em 2023 foi de 71,38%, ou seja, a mais baixa de todo o Seu mandato. A taxa de execução da despesa globalmente é de 50,44%, sendo em 2021 de 47,40%, tendo em 2022 subido para 49,91% e em 2023 de 67,61%, tendo este ano descido 17%. Mencionou que as taxas de execução da despesa de capital se encontram abaixo do

desejável, tendo em 2021 a taxa de 37,53% em 2022 a taxa de 30,48% em 2023 a taxa de 41,74% e no presente ano 33,06%, sugerindo que, ou a Câmara está a realizar menos do que o previsto, ou o orçamento está constantemente inflacionado ao longo destes anos, e se a linha de raciocínio seguida está alinhada com os resultados, encontra-se mal, sendo necessário mudar essa abordagem. -----

--- No uso da Palavra, o Senhor Presidente de Câmara respondeu às questões do Deputado Leonel Alves, destacando que a escola primária de Vila Franca das Naves foi requalificada e está a ser bastante utilizada por várias entidades, nomeadamente o Rancho Folclórico de Vila Franca das Naves, as Naves XXI e a Cooperativa Geradora. Em relação à ETAR de Vila Franca das Naves, afirmou que a estação está totalmente concluída e será inaugurada na próxima segunda-feira, constando do programa da elevação de Vila Franca das Naves a vila, realçando que foi um processo complexo que envolveu desafios legais e técnicos, com um investimento superior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros). Quanto ao projeto do Largo do Mercado é um projeto que irá dignificar Vila Franca das Naves, encontrando-se em fase de conclusão, tendo havido a necessidade de ajustes com a E- Redes, existindo o compromisso, da parte do projetista do projeto, de que seja entregue na primeira semana de janeiro, até dia 10 de janeiro, com previsão de execução até 2025, visando criar um espaço digno para Vila Franca das Naves. Quanto às questões levantadas pelo Deputado Mário Gonçalves, expressou tristeza pelo ocorrido na reunião na Guarda, ressaltando que em Trancoso as decisões são tomadas de forma democrática, dando voz a todos. Sobre as dificuldades enfrentadas em projetos e candidaturas, mencionou que, apesar dos obstáculos com organismos intermediários que não respondem a tempo, a Câmara continua a trabalhar arduamente, destacando o avanço de projetos como o loteamento da Senhora da Fresta, as muralhas do Castelo e o Museu da Cidade, apenas aguardando respostas de outras entidades. Realçou que o foco é o progresso e o desenvolvimento do Município e não as taxas de execução no final do ano, salientando as recentes conquistas, como a resolução do problema da PPP, que trouxe mais de 15.000.000,00€ (quinze milhões de euros) em relação aos contratos anteriores, para a Câmara Municipal, a aquisição de equipamentos pela Empresa Municipal, além do fim de litígios judiciais. Também mencionou a requalificação de diversos edifícios e projetos, como os Paços do Concelho e a Trancoso Invest e as obras que se encontram a decorrer por todo o concelho, em várias áreas, incluindo infraestruturas de estradas e centros de atividades como o Centro de Convívio das Carigas, o Albergue de Vale do Seixo e o Centro de BTT em Venda do Cêpo. Assegurou que se todas as obras estivessem concluídas e pagas, as taxas seriam diferentes, mas o importante é o progresso contínuo do Município. Destacou ainda, vários progressos em Trancoso, além das obras, como o crescimento do número de empresas PME líderes e de Excelência, o aumento do número de alunos no Agrupamento de Escolas de Trancoso (AET), o que aconteceu a primeira vez em 20 anos, fruto do trabalho colaborativo entre a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia, Instituições e Cidadãos. Viu com agrado no Instituto Nacional de Estatística (INE), um aumento populacional, interrompendo uma tendência de declínio da população que se tem vindo a verificar nos últimos anos. O número de visitantes no Castelo bate os recordes em relação aos anos anteriores, destacou, ainda, o aumento no atendimento no Gabinete de Apoio ao Emigrante, localizado na Trancoso Invest e no Espaço do Cidadão em Vila Franca das Naves. Expressou

satisfação com os agradecimentos do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro ao arquiteto Tiago e à Câmara Municipal, aproveitando para o parabenizar pelas obras realizadas na Rua Manuel Pinto, destacando a importância dessas intervenções para a visibilidade e valorização do local. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois**. -----

--- Não havendo inscrições, nem votação considera-se apreciada a situação económica e financeira do Município, relativamente ao primeiro semestre. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três**. -----

--- No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que nos últimos 10 anos, aproximadamente, 50 trabalhadores se aposentaram e que houve também vários pedidos de mobilidade para outros serviços, além dos novos pedidos para aposentação. Apesar disso, a Câmara Municipal tem procurado estar atenta às necessidades reais do Município, especialmente com o aumento da entrada em exercício de novos equipamentos e serviços, como a Trancoso Invest, o Centro de Inovação, o Posto de Turismo de Moreira de Rei e em breve outros equipamentos. Atualmente, o mapa de pessoal da Câmara conta com 286 funcionários e 28 vagas para serem preenchidas, encontrando-se em linha com as crescentes necessidades do Município. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando uma questão técnica sobre a presença de muitos funcionários do Município nesta Assembleia, que irão votar um ponto que pode influenciar as suas posições. Questionando o Presidente da Mesa da Assembleia, sobre a possibilidade de haver um impedimento para esses funcionários votarem, dado poder existir conflito de interesse. O objetivo é discutir se faz sentido ou não, permitir que esses funcionários votem neste ponto específico. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, questionou se a questão era colocada à Mesa da Assembleia, informando que a Mesa nem sequer sabe se efetivamente há muitos funcionários que estão nesta situação, não se pronunciando sobre isso, sendo a responsabilidade de cada Deputado, que são cidadãos livres, decidir conforme entenderem, realçando que a Mesa não manifesta qualquer restrição à votação. Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto quatro**. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, informou que este orçamento, elaborado em tempos de grande incerteza política e económica, reflete um esforço rigoroso, mas ambicioso, para superar desafios globais como as guerras, a inflação e os aumentos nos custos de energia, combustíveis e alimentação. Um dos principais feitos deste orçamento é a resolução definitiva de um problema financeiro de longa data, relacionado com o processo da PPP, iniciado em 2007, tendo sido efetuada uma reestruturação da dívida, significando uma poupança considerável em contratos antigos. Este orçamento também permite a transferência de três equipamentos para a empresa municipal PACETEG, E.M. e a resolução de litígios judiciais. Considera ser o melhor orçamento de sempre para o Município, não só pela estabilidade financeira que proporciona, mas, também, pelas obras e investimentos que permitirá realizar tanto na cidade de Trancoso, como na vila de Vila Franca das Naves, nas Freguesias e localidades do concelho. A prioridade do orçamento está assente em três áreas fundamentais como ação social, habitação, saúde e educação, -----

com o objetivo de beneficiar diretamente as pessoas e assegurar o progresso e o desenvolvimento sustentável do Município, depois na economia e no emprego, isto é, no comércio, nas empresas, na agricultura, no turismo e nos serviços públicos e, em terceiro lugar, no património, na cultura, no ambiente, no desporto e no associativismo, esperando contar com fundos comunitários para a realização dos diversos projetos prioritários e emblemáticos, como a requalificação do Palácio Ducal, o Museu da Cidade, o Parque Escolar, a consolidação das muralhas junto às portas do Carvalho e a construção de habitações para arrendamento acessível, sendo que alguns deles dependerão de fundos comunitários. O orçamento também vai permitir continuar a realização de eventos, que são uma marca de Trancoso, com grande impacto na economia local, e continuar a apoiar as diversas Associações, Escolas, IPSS, Bombeiros e Juntas de Freguesia. O orçamento para 2025, apresenta um valor total, quer na receita como na despesa, de 27.236.748,00€ (vinte e sete milhões, duzentos e trinta e seis mil, setecentos e quarenta e oito euros), com uma receita corrente de 16.998.811,00€ (dezasseis milhões, novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e onze euros) e uma receita de capital de 15.026.148,00€ (quinze milhões, vinte e seis mil, cento e quarenta e oito euros), ou seja a receita corrente supera a despesa de capital no valor de 1.972.663,00€ (um milhão, novecentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e três euros), refletindo um orçamento rigoroso e ambicioso, precisando do apoio de todos para ser concretizado. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, expressando gratidão pelas melhorias efetuadas em Vila Franca das Naves realçando que, na sua opinião, não foram suficientes, tanto que na próxima segunda-feira se irão comemorar 20 anos de elevação de Trancoso a cidade e de Vila Franca das Naves a vila e, nessa conjuntura, a revisão do PDM prejudicou o desenvolvimento urbanístico e reduziu a área disponível para construção em quase todo o concelho. Mencionou que nos últimos 20 anos, não existiram obras significativas que melhorassem a vivência dos cidadãos de Vila Franca das Naves, especialmente no que diz respeito à habitação social, requalificação urbanística e execução das obras na zona industrial e do largo de mercado. Questionou sobre a falta de novas habitações com rendas acessíveis, sugerindo que a construção de novas habitações deva ser uma prioridade, realçando a existência de diversos espaços para construção de habitações, em Vila Franca das Naves. Questionou sobre o estado atual da Zona Industrial, Polo Norte, pois ainda não foram efetuados quaisquer tipos de infraestruturas como água e esgotos. Também mencionou a falta de execução de projetos como o arranjo paisagístico da rotunda que liga o IP2 à estrada regional de Vila Franca das Naves, questionando em que consiste. Perguntou sobre a situação do saneamento na Rua dos Moinhos, onde os moradores ainda dependem de fossas sépticas e se existem condutas de abastecimento de água de fibrocimento no concelho. Mencionou estar contemplado no orçamento a reconversão de escolas do primeiro ciclo em habitação, querendo saber qual a finalidade e o que pretende com estas habitações. Para outras escolas, mesmo que ainda não tenha conseguido verbas, sugeriu ser uma boa solução a transformação em habitações de alta qualidade, frequentemente adquiridas por estrangeiros, à semelhança do que aconteceu em outras regiões. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, concordando com a falta de terrenos para construção em Vila Franca das Naves, reconhecendo a importância da área disponível e das infraestruturas já

estabelecidas. Mencionou que a Câmara deve estar atenta a outras áreas que possam ser adequadas para o desenvolvimento, como sugerido anteriormente, pelo deputado Mário Gonçalves. De seguida, elogiou o trabalho da oposição, em especial o do Senhor Vereador João Carvalho, que reconheceu a dinâmica da atividade económica no Município e a resolução das dificuldades financeiras da Câmara, incluindo a quitação de dívidas e o sucesso do processo com a Paceteg, E.M.. Concordou com o Senhor Vereador sobre a necessidade da revisão do protocolo com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sugerindo que além da castanha, seja também considerado o vinho e o olival, pois são áreas essenciais para a economia local. Sobre o orçamento e a requalificação do mercado e largo de Vila Franca das Naves, o Deputado expressou a sua preocupação por ainda não ter visto maquetes ou planos concretos para o projeto. Reiterou o desejo de ver o largo do mercado, em Vila Franca das Naves, pronto até o final do mandato do Senhor Presidente, conforme promessa anterior, solicitando que a inauguração dessa obra seja feita pelo próprio Presidente, independentemente do partido político. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, destacando a importância das obras realizadas pelo Município, afirmando que, após 11 anos de trabalho é esperado que existam projetos executados ou em andamento, salientando que um orçamento não são só obras, criticando a falta de um orçamento claro que delineasse objetivos estratégicos para o futuro e que as propostas de obras apresentadas não são coerentes, nem alinhadas com uma visão de desenvolvimento a longo prazo. Considerou que o orçamento está desalinhado e com baixas taxas de execução, conforme mostrado em relatórios anteriores, mencionando um relatório recente da Ordem dos Contabilistas Certificados, que coloca o Município de Trancoso numa posição preocupante em termos de rácios financeiros, e sugerindo que o Senhor Presidente deveria preocupar-se com esses números. No entanto, reforçou que a sua prioridade é o futuro de Trancoso e que o sucesso do Município deve ser um objetivo comum independentemente de divisões partidárias, reforçando que um orçamento deve ser um reflexo de um conjunto de intenções claras, que definam a direção e os objetivos a serem alcançados. Criticou a falta de clareza e coesão nas propostas apresentadas e defendeu que não se deve ter receio de veicular essas intenções de forma transparente, como a questão da exploração de lítio, que deve ser esclarecida com transparência, reafirmando a sua oposição ao projeto por razões ambientais, de saúde pública, do património edificado e rede viária, no entanto, mostra-se aberto a aceitar uma posição diferente caso houvesse uma maioria favorável a essa exploração. Mencionou ainda a falta de clareza em diversos projetos, como a requalificação dos Paços do Concelho, elogiando a resolução do problema da Paceteg, E. M., lembrando que a proposta foi aceite na primeira Assembleia Municipal, em 2021, e que o processo de resolução levou mais tempo do que o Senhor Presidente alegou. Destacou que a solução não ocorreu nos últimos dois meses, mas, sim, como resultado de um trabalho contínuo desde 2021, e que o esforço foi realizado com a solidariedade de toda a Câmara. Enfatizou que o reconhecimento por essa resolução é merecido e que o sucesso das obras deve ser reconhecido corretamente. Mencionou o lançamento do concurso para o Museu da Cidade, a reabilitação do Centro Cultural de Trancoso, a intervenção no Castelo de Moreira de Rei, a requalificação do Largo do Mercado em Vila Franca das Naves e o projeto turístico para a Barragem da Teja, afirmando que estes projetos são frequentemente

apresentados sem detalhes concretos, o que os torna vagos e difíceis de avaliar. Defendeu a definição de vetores estratégicos e claros para o desenvolvimento do Município, como o turismo, a floresta, a vinha e o olival, e o apoio às micro, pequenas e médias empresas, realçando que existe muito trabalho a efetuar no Turismo. Criticou o peso desmesurado das despesas com pessoal, que representam 75% das despesas do Município, tendo sido efetuado um aumento no orçamento em mais de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), destacando que, apesar disso, o Município não cumpriu com as obras previstas e não executou nem arrecadou as receitas do ano anterior. Questionou a razão de aumentar as despesas e receitas, se, ao longo do ano, a taxa de execução foi muito baixa, expressando a intenção de votar contra o orçamento, com uma declaração de voto e justificando a sua posição com base na falta de coerência e na execução insatisfatória dos projetos e investimentos.-----

--- No uso da palavra o Presidente do Município respondeu às questões levantadas pelos deputados Mário Gonçalves e Leonel Alves sobre a falta de terrenos para habitação. Explicou que todos os terrenos disponíveis na área são privados e infraestruturados, e a Câmara não possui terrenos próprios para alienar, nem condições financeiras para adquirir esses terrenos e promover loteamentos. Sobre a zona industrial na Rua da Póvoa, Pólo 2, informou que dos 12 lotes, 7 são privados e 5 pertencem ao Município. O projeto de execução já foi entregue à Câmara, mas ainda há ajustes a serem feitos, especialmente em relação às áreas de cedência, devido a problemas de infraestrutura que surgiram quando os lotes foram alienados antes de serem devidamente preparados. O projeto avançará assim que os procedimentos legais forem concluídos. Quanto à rotunda no IP2, à entrada de Vila Franca das Naves, informou que as obras vão começar em breve, após a aprovação de um parecer favorável por parte do IMT. A rotunda incluirá um monumento alusivo à Estação de Vila Franca das Naves e à linha ferroviária da Beira Alta, que foi inaugurada em 10 de agosto de 1882, com o objetivo de valorizar a entrada principal de Vila Franca das Naves, realçando que será uma obra simples, mas significativa para a localidade. Mencionou a Rua das Naves, indicando a possibilidade de executar saneamentos quando houver disponibilidade financeira. Referiu a questão das diversas escolas para fins sociais, como a cedência de espaços a associações e a requalificação de algumas para albergues e centros, como a escola de Vale do Seixo e a da Venda do Cepo para um centro de BTT. Também mencionou a requalificação de outras escolas para habitação, como as antigas Escola Primárias de Falachos e Aldeia Nova, realçando que serão sempre da Câmara e não para venda à semelhança daquilo que aconteceu noutras localidades. Fez referência aos elogios do Deputado Leonel Alves e reforçou o compromisso da câmara em preservar o património e garantir boas condições para a comunidade. Em relação ao largo do mercado de Vila Franca das Naves, assunto que já foi discutido, salientou que tudo será feito para que a obra seja concluída e inaugurada durante o presente mandato, realçando que não serão necessários pareceres externos (como a E-REDES ou a CCDR), para avançar com a obra, o que facilita o processo. Em resposta ao deputado João Caramelo, destacou as melhorias feitas ao longo dos últimos 11 anos, especialmente na parte da requalificação financeira do Município. Afirmou que, há 10 anos, a situação financeira era muito difícil, sem recursos para investimentos, no entanto, com a ajuda de investimentos privados, como a chegada do Pingo Doce e o desenvolvimento de uma área de acolhimento empresarial, o

Município tem avançado significativamente, com mais de 20 estradas requalificadas, ficando com uma das melhores redes viárias de qualquer concelho vizinho. Salientou ainda a construção de rotundas, o Centro de Inovação Social, a Praça Municipal e outros projetos de infraestruturas, realçando que para além das obras realizadas, existem 22 ações judiciais de muitas obras, relacionadas com obras e saneamento nas freguesias, que foram pagas e resolvidas pelo atual executivo, tendo tido sempre o apoio desta Assembleia Municipal para essas resoluções. Referiu também o projeto de execução do Museu da Cidade, que já se encontra em andamento, com o apoio da Universidade da Beira Interior, e já está contemplado no orçamento, faltando apenas a revisão do projeto, assim como o projeto do Castelo de Moreira de Rei, que será para melhorar as acessibilidades e a musealização por forma a ser visitável. Realçou que se encontra adjudicada a requalificação do Centro Cultural de Trancoso, tendo sido assinado o contrato e estando à espera que seja dado início à obra. Destacou o Turismo em Trancoso com o aumento de visitas ao Castelo, criando impactos positivos no comércio local, assim como todos os serviços públicos que não fecharam, os números da agricultura e da pastorícia, realçando que estão a percorrer o caminho certo. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Hugo Neves, que começou por pedir que o Senhor Presidente não levasse a mal quando a Coligação não elogia o que é bem feito pelo Executivo, realçando que se há atividades que não são mencionadas é porque concordam com as mesmas, sendo também dever da oposição discordar de alguns pontos, nomeadamente a cobrança de uma tarifa de saneamento para clientes que não têm acesso à rede fixa de esgoto, informação disponível no site da empresa Águas da Teja, desde o início de outubro, "... informa todos os clientes, sem rede fixa acessível, que a partir de 1 de novembro lhes será cobrada taxa de saneamento ... e como solução, é apresentada uma limpeza gratuita, uma vez por ano, a cada habitação...", salientando que não foram esses moradores que optaram por não se ligar à rede, mas sim a inexistência de saneamento público, no entanto, as fossas em algumas áreas, como Vila Novinha, Feital e outras localidades necessitam de limpeza mais frequente (duas a três vezes por ano), o que acarreta custos adicionais por cada limpeza extra. Questionou o Senhor Presidente se é justo a equidade dessa cobrança, especialmente quando os moradores não têm outra alternativa. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, questionando qual o destino das escolas do 1º ciclo que serão requalificadas e transformadas em habitação, solicitando uma resposta clara sobre o futuro dessas habitações. Deixou um apontamento futuro, sugerindo que o próximo Executivo deva pressionar o atual Governo, através das CIM's (Comunidade Intermunicipal), para encontrar fundos comunitários para a aquisição de terrenos necessários a empreendimentos públicos, antes que esses recursos se tornem mais escassos após 2030, destacando que não basta apenas fazer obras, é preciso garantir o financiamento, inclusive para a aquisição de terrenos, algo que já foi possível no passado através de programas específicos.

--- No uso da palavra o Presidente do Município, respondeu ao deputado Hugo Neves, sobre os tarifários de água e saneamento, reconhecendo que, embora não seja compreensível que pessoas sem rede de saneamento tenham que pagar a taxa de saneamento, isso foi estipulado no contrato com a empresa Águas da Teja e permanece em vigor, explicando que, em contrapartida, os moradores têm direito a uma limpeza de fossas, continuando a Câmara a estudar a situação e a procurar soluções, como o alargamento da rede

de saneamento ou o aumento da capacidade das fossas particulares existentes, no entanto expressou solidariedade com as populações sem saneamento, mas afirmou que, por enquanto, essa é a realidade atual, e agradeceu pelo alerta sobre o tema. Respondeu ao deputado Mário Gonçalves sobre o destino das habitações em construção, que serão, quando concluídas, da Câmara Municipal e poderão ser arrendadas a preços acessíveis, especialmente para famílias carenciadas e que necessitam de habitação, destacando a chegada e a importância dos emigrantes para a economia local. Em relação à aquisição de terrenos, mencionou a necessidade de apoio dos fundos comunitários para facilitar a compra de áreas, como a de Vila Franca das Naves, outras em Trancoso e localidades vizinhas, o que aumentaria a oferta de habitação. ----

--- Não havendo mais inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por maioria com nove votos contra e trinta votos a favor, não tendo havido nenhuma abstenção. -----

--- Interveio o membro da Assembleia, João Caramelo, apresentando uma declaração de voto em nome da Grupo Municipal da Coligação Sim, é Possível, sendo que é a reprodução da declaração de voto dos Vereadores no Executivo Municipal, porque se entende que ela é absolutamente pertinente para a questão: “Neste ponto da Ordem de Trabalhos em que procedemos à “Análise, discussão e votação relativa à proposta de documentos previsionais do Município, para 2025”, iniciamos com referência à intervenção proferida pelo Senhor Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, logo no início do debate do Orçamento de Estado, que referiu e cita-se: “ que as transferências para as autarquias locais terão um crescimento de 12,3% em 2025, face ao ano anterior. Em causa está um valor significativo, tendo em conta que a evolução esperada é, por norma, de 2% a 3%”. Neste sentido, prosseguiu que está previsto no OE que nenhum município receba menos de 4,8% de aumento, sendo que, em alguns casos, o incremento pode chegar aos 15,4%. As transferências para as freguesias, por seu turno, terão um crescimento ainda maior: 13,9%, passando de €348 milhões para €396 milhões. Segundo o responsável governamental, nenhuma freguesia terá uma variação homóloga inferior a 5%. “Dirão os senhores deputados que estamos só a cumprir a lei. A boa notícia é mesmo que estamos a cumprir a lei”. Fim de citação. Assim podemos verificar pela análise do Mapa 12 – Transferências para os Municípios-Participação dos Municípios nos impostos de Estado-2025, do Orçamento de Estado para 2025 que o Município de Trancoso tem um acréscimo de receita de 10,4%, ou seja, o valor total transferências diretas aumentou em 1 237 558€, passando de 11 891 002€ em 2024 para 13 128 560€ em 2025. Também podemos constatar que as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, Mapa 13-Transferências para as Freguesias-Participação das Freguesias nos impostos de Estado-2025, do Orçamento de Estado para 2025 que as 21 Freguesias do concelho de Trancoso têm um acréscimo de receita de 18,14%, ou seja, o valor total das transferências diretas teve um aumento em 299 671€, passando de 1 651 634€ em 2024 para 1 951 305€ em 2025. São boas notícias para as autarquias locais, o Governo da AD cumpre assim o seu programa de reforço do Poder Local, nas suas diversas áreas de intervenção, com impactos diretos e relevantes na sua gestão e orçamentos. Lembremo-nos do processo de descentralização, com custos gerais e administrativos acrescidos não compensados pelo Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD); ou das novas obrigações ao nível dos transportes públicos de passageiros, onde nem sempre é assegurada a

sustentabilidade financeira do serviço; mas também os desafios no direito à habitação, onde os municípios se veem obrigados a intervir sem o adequado e atempado financiamento; ou ainda as sempre crescentes e subfinanciadas exigências ao nível da água, dos resíduos e da proteção civil. Sem esquecer as valorizações salariais dos funcionários públicos, com um impacto pesado, sobretudo nos municípios mais dependentes das transferências do Orçamento do Estado (OE), como é o caso do Município de Trancoso. Tudo isto, num momento em que os orçamentos continuam a sofrer estrangulamentos decorrentes da conjuntura económica e geopolítica internacional, que provocou o aumento generalizado dos preços e a subida das taxas de juro, e em que os municípios continuam a ter de dar resposta à tripla transição demográfica, ambiental e digital. Referia-se a título de curiosidade que as verbas previstas para transferência pelo OE-2013 para o Município de Trancoso tinha um valor de 6 380 939€ e para as Juntas de Freguesia (29) no mesmo orçamento o valor era de 681 666€, ou seja, correspondem respetivamente a aumentos de 105,74% e de 186,3 % em comparação com 2025. Mas o aumento das transferências financeiras diretas e de novas competências do Estado para as Autarquias, vem aumentar a responsabilidade das mesmas, na gestão dos dinheiros públicos, na satisfação das necessidades básicas e sociais da população, no desenvolvimento económico e na sustentabilidade dos territórios, devendo aumentar desta forma o grau de escrutínio e fiscalização da atividade desenvolvida pelo poder local, pelos órgãos autárquicos eleitos e pela população em geral. Da análise da proposta dos documentos previsionais do Município para 2025, apresentada pelo executivo socialista, verificamos que o mesmo é uma cópia quase integral dos documentos apresentados para 2022, 2023 e 2024 com um conjunto de propostas, de obras que não saem do papel e que apenas figuram nos planos para satisfazer compromissos políticos assumidos e nunca realizados, ou então obras que se arrastam por anos e anos sem fim à vista e que desta forma vão permanecendo nas Grandes Opções do Plano. São disso exemplo a reparação das antigas Escolas Primárias de Maçal da Ribeira e Vila Franca das Naves, mas também a execução da rede de saneamento e distribuição de água a Golfar, as Etar's de Rio de Mel, Vila Franca das Naves, Castaide e Vale de Mouro, a requalificação do Parque Municipal, para já não falar na tão urgente e necessária obra de ampliação do Cemitério Municipal de Trancoso, entre outras propostas sempre repetidas. Salienciamos as intermináveis obras de requalificação do Castelo de Trancoso, a reabilitação da Igreja de Santa Marinha e Centro Interpretativo da Necrópole de Moreira de Rei, exemplos máximos da falta de realização e concretização de projetos e investimentos deste Executivo liderado pelo Partido Socialista. Já não há explicação para tanto atraso. Verifica-se também que nas Grandes Opções do Plano-2025, constam um conjunto de intenções e não uma estratégia coerente de investimento que evidencie visão de futuro, que nos permita estabelecer metas e objetivos de desenvolvimento económico e social sustentado, a 5 ou 10 anos. Continuam inscritos no orçamento a execução das UOPG- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão - planos de pormenor das áreas de acolhimento empresarial da Ribeirinha e de Vila Franca das Naves, assim como para a Barragem da Teja e Planalto de São Marcos, relembramos que a revisão do PDM foi aprovada em 2021 e, passados quase cinco anos, estes planos não passam de intenções considerando que sua aprovação é obrigatória para qualquer intervenção que se venha a realizar nessas áreas. Na educação, verificamos que a requalificação das escolas EB2 e 3 de Vila Franca

das Naves, EB 2 e 3 e da Escola Secundária de Trancoso com uma verba na ordem dos 7 454 114 milhões de euros com provável apoio do PRR, continua na mesma ainda sem a totalidade dos projetos aprovados, sem garantia de apoio e logo sem obra prevista. Na habitação, a construção de nove habitações a preços acessíveis na Urbanização da Senhora da Fresta, com 1,2 milhões de euros de financiamento PRR aprovado, verifica-se que o Município ainda não conseguiu ter os projetos prontos e muitos menos lançar o respetivo concurso para a sua execução. Estas verbas e estes investimentos oriundos do PRR têm que estar realizados e pagos até ao final de 2026, o que implica que o executivo tem que ter obrigatoriamente uma boa taxa de execução, isto é, o executivo deverá alterar a sua postura na elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização destas obras. O atual executivo, liderado pelo Prof. Amílcar Salvador pode comprometer a execução dos projetos destinados ao concelho de Trancoso no PRR, a manter-se atual inercia e falta de capacidade na execução de projetos financiados por fundos comunitários. Fica aqui registado, o alerta tantas vezes repetido em reuniões do executivo camarário pelos Vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP- SIM É POSSIVEL. O setor do turismo, que tanto necessita da recuperação do Centro Histórico para a afirmação de Trancoso como destino turístico de eleição, também não tem vincada neste orçamento, uma estratégia que lhe permita olhar o futuro com confiança, vendo assim goradas as suas expetativas de um futuro promissor, desmotivando os empresários locais que investiram no setor. Realçamos a política de apoio às freguesias do concelho, para as quais se inscrevem em orçamento verbas, para as quais se desconhece um critério de necessidade ou pertinência, recusando-lhes a necessária e legal transferência de competências. No apoio ao movimento associativo cultural, recreativo, desportivo, económico e social, o executivo socialista, teima em não o regulamentar, situação que manifesta falta de isenção e de uma estratégia, que não seja o condicionamento da sua atividade. Por último, mas não menos importante, ou talvez, por ser aquele que o executivo socialista considera o mais importante, a avaliar pelos montantes de despesa inscrita, não podemos deixar de notar o acréscimo de despesa orçamentada para eventos e festividades, passando a verba inscrita para mais de um 1,4 milhões de euros para o ano de 2025. Em todo o resto, constatamos que começou a “CAÇA AO VOTO” com um conjunto de intenções de realização de investimentos em todas as áreas, todos eles com execução prevista para 2026 e 2027, com outro executivo resultante das eleições autárquicas de 2025, naturalmente com outra visão de futuro. Porque se trata de uma proposta de Orçamento de fim de ciclo, apenas para cumprir calendário e acenar com promessas ilusórias, pela evidente falta de estratégia, pela falta de propostas válidas que levem a um desenvolvimento integrado para o concelho de Trancoso, a qual deve ser a base de trabalho para a elaboração do orçamento, os Vereadores da Coligação PSD/CDS-PP- SIM É POSSÍVEL votam contra a proposta apresentada pelo executivo socialista.” -----

--- Interveio o membro da Assembleia, Daniel Joana, apresentando a seguinte declaração de voto em nome da bancada do Partido Socialista: “Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista relativa à proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2025. No âmbito da análise e apreciação dos documentos previsionais para o ano de 2025, nomeadamente o Orçamento da Receita e da Despesa e as Grandes Opções do Plano, cumpre-nos destacar o seguinte: Em primeiro lugar,

importa referir que os documentos apresentados cumprem as disposições legais e regulamentares exigidas, atentando a critérios formais que conferem transparência e fiabilidade. Depois, é de salientar que a proposta que nos é apresentada constitui um exercício de grande responsabilidade, uma vez que visa garantir a continuidade de implementação de políticas de desenvolvimento e proteção social, sem nunca abandonar o realismo e o critério que têm sido apanágio dos executivos do Partido Socialista ao longo da última década. Apesar de se confrontar com adversidades globais perante as quais ninguém está imune, a Câmara Municipal de Trancoso compromete-se, em 2025, a assegurar a execução de projetos importantes que visam o desenvolvimento sustentado da nossa cidade e do nosso concelho. Primeiramente, os documentos previsionais de 2025 já refletem a resolução definitiva dos problemas judiciais decorrentes da malograda Parceria Público-Privada. Problemas esses que desde há 15 anos vinham ensombrando toda a ação governativa dos executivos camarários. Está finalmente resolvido o intrincado problema judicial relativo às obras da Central de Camionagem de Trancoso, do Campo da Feira da cidade e do Centro Cultural Miguel Madeira, em Vila Franca das Naves. Está resolvido e com uma elevada poupança de capital relativamente às perspetivas iniciais de todo este processo. Está fechado um dossiê complexo e de resolução incerta que poderia ter tido um desfecho muito mais ruinoso para o Município. Tanto assim é que a própria vereação do PSD na Câmara Municipal acabou por reconhecer – e bem, porque o fez com franqueza – o sucesso da ação dos executivos do PS neste âmbito, porquanto esta Câmara – e cito as palavras que constam da Certidão que nos foi enviada - «em 2013 herdou uma situação financeira muito complicada e que, não obstante este forte constrangimento, hoje estão praticamente resolvidos todos os processos de dívida, situação com a qual nos congratulamos.» (Fim de citação). Contudo, agora que a questão judicial está resolvida, é preciso pagar a dívida gerada. É preciso pagar mais de sete milhões de euros relativos a obras executadas em 2009, mas que vão continuar a pesar nas contas do Município até 2044, desviando verbas que poderiam ser para as freguesias, que poderiam ser para as IPSS, que poderiam ser para investir produtivamente no concelho de Trancoso. Assim é. Assim terá de ser. Como é sabido, não foi o PS que criou este problema, mas, uma vez mais, é o PS a resolvê-lo. E a pagá-lo. Ainda assim, no próximo ano, o concelho não pode parar. E o que nos mostram estes documentos previsionais é que o Município continuará a investir nas mais diversas áreas. Na área da habitação, destacamos a importância da execução do Loteamento do Bairro da Senhora da Fresta, que representa um avanço importante para a oferta de habitação acessível na nossa cidade, especialmente para os jovens. Este investimento na construção de habitação, aliado aos esforços do IHRU para a conclusão de apartamentos na Rua das Courelas, é um exemplo claro da vontade da Câmara em melhorar as condições de acesso à habitação, contribuindo para atenuar um problema de escala nacional. Na educação, uma das grandes prioridades deste Executivo Municipal, o Orçamento para 2025 prevê um significativo investimento na requalificação do parque escolar, com destaque para as obras de requalificação das escolas públicas de Vila Franca das Naves, Trancoso, canalizando verbas do PRR para desenvolver infraestruturas cruciais para o setor da educação ao nível concelhio. No domínio da ação social, mantem-se o compromisso com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que tão importantes serviços prestam às pessoas das nossas comunidades, diariamente, todos os dias do ano, e em vários pontos do

nosso concelho. O Orçamento também prevê a continuação do apoio à cultura e ao turismo, pilares fundamentais para o crescimento económico de Trancoso. Em 2025, os investimentos nas diversas feiras e eventos culturais, como a Feira do Fumeiro, a Feira da Castanha, e a Feira de São Bartolomeu, são reflexo do reconhecimento do impacto que estes eventos e o turismo a eles associados têm na dinamização da economia local, atraindo visitantes e promovendo a riqueza económica e cultural das nossas terras. Além disso, o Orçamento Municipal de 2025 destina uma parte significativa dos seus recursos à requalificação do património histórico e cultural, concluindo empreitadas como a da requalificação integral do edifício dos Paços do Concelho, e lançando obras emblemáticas como o Museu da Cidade, ou a requalificação de partes da nossa muralha dionisiana. Estes projetos, que também contemplam investimentos noutros locais de inegável interesse patrimonial, como Moreira de Rei, não só valorizam a nossa identidade, como representam um impulso no desenvolvimento do setor turístico e na criação de riqueza. No que diz respeito à sustentabilidade ambiental, o Município mantém o seu compromisso com a transição para uma economia mais verde e sustentável, com investimentos na eficiência energética das Piscinas Municipais e com a implementação de projetos de recolha e gestão de resíduos. Importante também é o apoio continuado ao setor primário, com investimentos no castanheiro, na vinha, no olival, e no apoio aos criadores de gado. A continuidade e aprofundamento da parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) reflete bem o empenho continuado da Câmara em promover a modernização e a produtividade agrícolas no nosso concelho. A nível financeiro, o Orçamento Municipal de 2025 apresenta assim um montante total de 27.236.748€, o que garante a continuidade dos projetos em execução e a realização dos novos investimentos previstos. A receita corrente, de 16.998.811€, supera a despesa corrente, de 15.026.148€, permitindo alocar o excedente a despesas de capital, o que comprova o caminho de consolidação financeira do Município. É este compromisso com o equilíbrio que permite à Câmara Municipal de Trancoso manter a sustentabilidade financeira e honrar os compromissos assumidos com os seus cidadãos e credores, atuais e do passado. Recorde-se aqui que o prazo médio de pagamento aos fornecedores, que já foi superior a 300 dias, em 2013, é agora de 7 dias apenas. O compromisso simultâneo com a responsabilidade e a visão de futuro são claros neste Orçamento e nas Grandes Opções do Plano para 2025. Apesar das dificuldades externas e internas que o Município enfrenta, a Câmara Municipal de Trancoso continua a demonstrar a sua capacidade de planeamento, a sua ambição e a sua determinação em assegurar o bem-estar da população e o desenvolvimento do concelho. Por todas estas razões, e cientes do trabalho realizado e do acerto das opções tomadas, o Grupo Municipal do PS vota a favor da proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e as Grandes Opções do Plano para 2025.” -----

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto cinco**. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município informou que, em abril de 2024, a Assembleia Municipal aprovou uma proposta para a assunção de compromissos plurianuais relacionados com contratação de energia elétrica ao Município por três anos, iniciando em 2024, no entanto, o concurso realizado pela ENERAREA (Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior), ficou deserto, verificando-se um atraso. O segundo procedimento concursal contemplava, na mesma, 5 lotes, que deveria começar em outubro de

2024 tendo sido adiado, terminando agora em 2028, em vez de outubro de 2027, no valor de 1.700.000,00€ (um milhão e setecentos mil euros). A proposta apresentada visa autorizar a assunção de compromissos plurianuais com a nova calendarização, revogando a proposta anterior e ajustando os prazos de fornecimento definidos. -----

--- Não havendo inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto seis**. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, mencionou os apoios financeiros já atribuídos em 2024, no valor de 13.000,00€ (treze mil euros), para cada uma das 21 freguesias, realçando que para 2025, será necessário aumentar esse valor. Referiu que embora a transferência de impostos por parte do Estado tenha aumentado nos últimos anos, muitas juntas de freguesia ainda têm orçamentos reduzidos, nomeadamente para projetos específicos e significativos, tendo solicitado mais algum tipo de apoio, nomeadamente 10.000,00€ (dez mil euros) para a Junta de Freguesia de Aldeia Nova, para a instalação de sanitários adaptados a pessoas com mobilidade reduzida, na sede da Junta. O montante de 20.000,00€ (vinte mil euros), para a Junta de Freguesia do Reboleiro, para o restauro de muros e pisos na Rua Manuel Pinto. Para a Junta de Freguesia de Valdujo, o montante de 10.000,00€ (dez mil euros), para obras no Pavilhão Multiuso. Para a Associação de Desenvolvimento das Freguesias da Zona Centro do concelho de Trancoso, um apoio de 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros). Terminou referindo que estes apoios visam apoiar projetos significativos nas freguesias mencionadas, de forma extraordinária no final do ano. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, José Nascimento, afirmando que houve discriminação positiva, e defendendo que, embora a igualdade seja importante, a equidade também é justa em casos de necessidade. Destacou que os pedidos efetuados não são por vaidade, mas por necessidade real das freguesias, e que o motiva todos os Presidentes de Junta é o desejo de atender às necessidades e ambições dos fregueses. Acrescentou que a Freguesia do Reboleiro ainda tem mais projetos por realizar, sendo dez e mais um, nomeadamente as acessibilidade à sede da Junta; a captação de água para a freguesia, já iniciada com a compra de terrenos, tendo já algumas canalizações sido efetuadas e sendo necessário efetuar outras; a construção de um tanque de lavar roupa, sendo um hábito naquela freguesia para utilização pública de todos, bem como a necessidade de fazer um Jardim Infantil para que as crianças possam brincar, existe ainda a necessidade de restauração do ringue e da Rua da Ribeira, bem como o alargamento de uma ponte e a criação de um passeio pedonal que envolve três freguesias da Ribeirinha, existe a homenagem ao mineiro com a instalação de uma estátua, que já se encontra encomendada, e depois de efetuadas todas as obras atrás mencionadas será necessária a reparação das calçadas que decerto irão ficar danificadas pelas obras. Terminou solicitando o apoio da Câmara Municipal para a execução desses projetos, reiterando que são necessários para o desenvolvimento da freguesia. -----

--- O Presidente da Mesa colocou o ponto seis a votação. A proposta de atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Aldeia Nova foi aprovada por unanimidade. A proposta de atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Reboleiro foi aprovada por unanimidade. A proposta de atribuição de

apoio financeiro à Junta de Freguesia de Valdujo foi aprovada por unanimidade. A proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação de Desenvolvimento de Freguesias da Zona Centro do Concelho foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do público**. -----

--- Não havendo intervenções, lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros da assembleia presentes e assinada pela respetiva Mesa para que produza efeitos imediatos. -----

--- O Presidente da Mesa encerrou os trabalhos endereçando Votos de Boas Festas a todos os membros da Assembleia, desejando que todas as sessões continuem a pautar-se pela grande elevação e combate político saudáveis. Informou que recebeu um email da Câmara Municipal informando que “irá ter lugar um pequeno lanche de Natal”, convidando os presentes para uma degustação de bolo rei, sardinha doce e vinho de Vila Franca das Navas. Lembrou que, na próxima segunda-feira, 09 de dezembro, irão decorrer as comemorações dos 20 anos da elevação de Vila Franca das Navas ao estatuto de vila e da passagem de Trancoso a cidade, com convites enviados pela Câmara Municipal. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário

